

O ESPORTE NAS FAVELAS OCUPADAS PELA POLÍCIA E A PRODUÇÃO DISCURSIVA DA IMPRENSA

Bruno Gawryszewski¹

RESUMO

A cidade do Rio de Janeiro tem recebido grandes investimentos do capital e está próxima de sediar os dois maiores megaeventos esportivos. A fim de que a cidade ofereça garantias de que as tensões sociais serão mantidas em níveis equilibrados, há 5 anos as Unidades de Polícia Pacificadora estão ocupando algumas favelas cariocas. A grande imprensa tem apoiado a iniciativa e ressalta a importância do esporte para a consolidação do projeto de segurança pública. Este artigo buscou compreender as bases discursivas da imprensa através do referencial teórico de Antonio Gramsci e da Análise Crítica de Discurso.

Palavras-chave: Rio de Janeiro; Segurança Pública; Imprensa; Esporte.

¹ Doutorando em Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro/Rio de Janeiro, Brasil.
E-mail: brunog81@yahoo.com.br.

INTRODUÇÃO

A cidade do Rio de Janeiro passa por um momento de grande visibilidade internacional, pois está recebendo um número expressivo de investimentos do grande capital para a construção de grandes complexos imobiliários residenciais e comerciais. Além disso, a cidade está passando por uma reestruturação do espaço urbano, como as obras de reconstrução da Zona Portuária e as novas vias expressas dos ônibus que interligam alguns pontos estratégicos, como a própria Zona Portuária, a Barra da Tijuca e o Aeroporto Internacional do Galeão. Por fim, o Rio de Janeiro desde meados da década passada tem sediado grandes competições esportivas, com destaque para os Jogos Pan-Americanos em 2007 e, em breve, os dois maiores eventos: a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos.

Esses fatores estão intimamente ligados à construção de uma imagem de cidade que esteja propícia a receber esse grande fluxo de capitais de toda ordem, incluindo aqueles provenientes dos megaeventos esportivos. Portanto, faz-se necessário implementar um programa de segurança pública que ofereça garantias de que distúrbios envolvendo episódios de criminalidade ou protestos contra a ordem não interfiram no ciclo de reprodução do capital. Assim, desde final de 2008, o governo do estado do Rio de Janeiro, por meio da Polícia Militar, tem escolhido gradualmente algumas favelas para serem ocupadas de forma permanente pelas forças de segurança, as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP).

As experiências anteriores de incursões e ocupações no Rio de Janeiro deixaram traumas e uma série de rastros de violência. De modo que mais um fracasso

não se concretizasse num tempo tão curto, a estratégia de ocupação das favelas tem combinado a coerção do aparelho repressivo do Estado pelo prisma da persuasão e do convencimento dos moradores e da sociedade em geral de que se trata de uma iniciativa que está respeita os valores da democracia e dos direitos humanos.

No sentido de convencer a opinião pública, o Estado tem contado com o apoio da grande imprensa desde o início da implementação das UPPs. E um dos aspectos que esta tem abordado em suas reportagens é o papel do esporte para a sedimentação do projeto de segurança pública, por meio dos projetos sociais e eventos esportivos estimulados pelo Estado e iniciativa privada.

Pretendo discutir a base discursiva difundida pela imprensa privada, a partir do marco teórico de Antonio Gramsci, colocando a sua função como *partido*. Também aqui será realizado um exame do material empírico através das contribuições da Análise Crítica de Discurso por meio do linguista britânico Norman Fairclough.

As reflexões postas no texto são fruto da minha pesquisa de doutorado que se incumbiu de compreender o papel das UPPs na reestruturação do espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro e em sua relação com a política educacional implementada nas favelas ocupadas pela polícia nos últimos 5 anos.

IMPrensa e Análise de Discurso

Gramsci (1982) situa que o papel da imprensa pode se assemelhar a de um partido político. Esse papel de organizador e difusor do pensamento cultural encontra respaldo em sua atuação como um aparelho

“privado” de hegemonia, situado na sociedade civil, o que permitiria que, mesmo uma fração ou classe não-dominante no aparato estatal, pudesse dirigir a sociedade no plano do poder político, através da conquista da hegemonia desses veículos de comunicação. Dessa forma, os assuntos da esfera pública são tratados como questões de interesse privado, determinando a função da imprensa como “o partido do capital”, que organiza e amalgama os interesses das várias frações burguesas.

A imprensa privada, mercantil e burguesa, que objetiva o lucro e que faz da notícia uma mera mercadoria, procura se sustentar como representante da esfera pública. Mesmo controlada pelo capital privado, se arvora, sob o caráter da imparcialidade e da isenção, em reforçar um papel de “mensageiro da verdade”. O cinismo empresarial-jornalístico é destacado por Gramsci (1982, p. 162) quando consistentemente afirma que tais empresas também possuem interesses privados, porém, não podem expor em demasia “porque se baseiam num modo de pensar no qual a parte da liberdade e do espírito de iniciativa é muito maior do que querem admitir, por causa do papel de máscaras da *commedia dell’arte* que lhes é próprio”.

Na atual conjuntura é possível afirmar que os grandes veículos de comunicação estão de acordo com o controle social na zona urbana do Rio de Janeiro, a partir da ocupação territorial das favelas pela polícia militar. O que se pondera são detalhes operacionais quanto à forma de ocupação, a manutenção de uma conduta idônea dos agentes de segurança, a integração com outros serviços, sejam eles públicos ou privados, mas dificilmente o mérito da ocupação em si. Por isso, entendendo que

a imprensa nada tem de neutralidade em seus princípios e condutas, sugere-se que o Estado obteve a adesão de mais um vértice para compor o complexo que administra, sustenta e organiza o projeto macro de inserção do país no núcleo central do poder global e receptor para a reprodução do capital que circula em abundância na economia. Esse complexo de poder é composto pelo Estado, enquanto representante privilegiado dos interesses da classe burguesa, pelas frações burguesas locais associadas com o capital mundializado, pelas corporações da imprensa e gerenciado/operado por setores mais organizados da classe trabalhadora e vinculados ao Partido dos Trabalhadores.

Em função do papel exercido pela imprensa na cobertura e na visão parcial da implementação das Unidades de Polícia Pacificadora pelo governo estadual, adoto como ferramenta metodológica a análise crítica de discurso (ACD), nos termos formulados por Norman Fairclough (apud BARRETO, 2009, p. 18) que define a ACD como “uma análise crítica das relações dialéticas entre elementos semióticos (“discurso”, no seu sentido mais amplo) e outros elementos do processo social, assumindo os primeiros como ‘pontos de entrada’ nos últimos”. Ou seja, a escolha da ACD como ferramenta analítica se deve ao seu entendimento de que as mudanças no uso linguístico estão ligadas a processos sociais e culturais mais amplos.

O tratamento dialético dos elementos semióticos pretende clarificar a maneira que estes se apresentam no *establishment*, a fim de auxiliar na interpretação sobre como o esporte se manifesta como artifice legitimador nos discursos sobre a política de ocupação policial nas favelas, realizando uma análise que combina estrutura social (a ordem capitalista) e um evento

específico (a ocupação das favelas). O exame destas relações se mostra indispensável, mesmo porque a exposição dos fatos não está assegurada por um manto da verdade absoluta; ao contrário, frequentemente, são parciais e, por isso mesmo, organizadores de um determinado projeto histórico de sociedade, composto por uma ideologia (FAIRCLOUGH, 2009).

Os discursos não apenas refletem ou representam entidades e relações sociais, mas também as constroem e as constituem. Eles são um modo de ação, uma forma como os sujeitos agem sobre o mundo e sobre os homens e, por isso, além de uma prática social, são formas de intervenção políticas e ideológicas que estabelecem, mantêm e transformam as relações de poder.

A importância da produção discursiva implica que haja uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, não como mero reflexo de uma realidade, mas como uma conexão entre a prática social e a estrutura em si. Ou seja, na medida em que o discurso é produzido sob determinadas condições materiais, especialmente relações de classe, ele se amolda a fim de atender à expectativa gerada em torno dele. Portanto, não é surpresa que o material jornalístico produzido pela grande mídia exponha os anseios e prerrogativas da classe a qual se vincula, tanto no que diz respeito ao público consumidor, quanto ao projeto de poder que sustenta a atuação e funcionamento dessas empresas midiáticas.

A elevação da linguagem e do discurso na esfera social e acadêmica traz à tona a importância destes elementos para apreensão e compreensão do movimento do real. O linguista britânico considera que a linguagem sofreu mudanças no seu funcionamento social, não apenas na

centralização que esta adquiriu nas principais transformações sociais nos últimos tempos, mas também por mudanças nas práticas de linguagem. Isso fez com que discursos originados em algum campo social particular foram recontextualizados em outros. Afirma Fairclough (2001) que

A recontextualização possui um caráter ambivalente (Chouliaraki & Fairclough 1999): pode ser vista como a 'colonização' de uma área ou instituição por uma outra, mas também como uma 'apropriação' do discursos 'externos', frequentemente como a incorporação de discursos em estratégias impulsionadas por determinados grupos de agentes sociais dentro da área de recontextualização (tradução livre).

Não é tarefa das mais difíceis perceber que muitos direitos que são parte da vida social, como a educação, a saúde, a cultura e o esporte são alvos de uma reestruturação e reconceitualização de suas atividades, tanto em forma de produção e marketing de bens para consumidores, quanto para legitimação de políticas oriundas do Estado.

COMO FORAM INSTITUÍDAS AS UPPS?

Após oito anos de governo do casal Garotinho (1999-2006), em outubro de 2006 foi eleito o Senador Sérgio Cabral Filho. Iniciou seu mandato efetivando uma política de enfrentamento às facções criminosas, materializadas nas chamadas "megaoperações" em favelas e comunidades do Rio de Janeiro. Essas operações policiais se caracterizaram pelo alto grau de letalidade, como demonstra o relatório do Conselho de Direitos Humanos da ONU, que denunciou a elevada incidência de mortos, feridos,

saques ao comércio local e a paralisação da rotina das regiões afetadas. O maior ícone dessa iniciativa foi a incursão no Complexo do Alemão em 27 de junho de 2007, quando o estado mobilizou 1.280 policiais civis e militares, acrescidos de 170 integrantes da Força Nacional de Segurança Pública e após oito horas de confrontos, os dados oficiais contabilizaram dezenove mortos e nove feridos (ALSTON, 2008)². Sob a roupagem da “guerra contra as drogas”, o combate ao tráfico serviu como pretexto para ações que violaram os direitos humanos e submeteram a população local a um estado de exceção.

No mesmo ano de 2007, Sérgio Cabral, acompanhado do governador de Minas Gerais (Aécio Neves), estiveram em Bogotá e Medellín, as duas principais cidades da Colômbia e que apresentavam índices proibitivos de criminalidade, tomando conhecimento da experiência que realizada em ambas as cidades que fizeram reduzir em 79% os homicídios em Bogotá e 90% em Medellín. Segundo Rodríguez (s/d), a estratégia colombiana teria se baseado em seis pontos:

1. Reformas constitucionais que deram aos prefeitos o poder de coordenar as políticas públicas de segurança;
2. Expulsão de dois mil policiais;
3. Criação de uma unidade especializada no Exército para combates urbanos, inserido na estratégia presidencial da “Segurança Democrática” de Álvaro Uribe;

4. Identificação e ocupação armada das áreas consideradas críticas;
5. Após erradicação dos confrontos armados, realização de obras sociais imediatas;
6. Movimentos organizados na sociedade civil.

A visita da maior autoridade pública fluminense uma série de novos equipamento bélicos comprados e cursos de intercâmbio na Colômbia destinados a oficiais do Bope, a fim de aprender com o exército as estratégias militares implementadas para reprimir as ações da guerrilha colombiana Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc)³.

A partir do contato com a experiência colombiana e o clamor público por uma resposta mais efetiva, pode-se considerar que o mês de novembro do ano de 2008 pode ser considerado o marco zero da implementação de uma nova estratégia na política de segurança do estado. No dia 11 de novembro, a polícia desencadeou a operação batizada de “A Cidade de Deus é de Deus” em que ocuparam sete pontos da favela homônima, o que resultou na morte de três indivíduos que estavam armados, apreensão de armas, inclusive uma espada samurai, veículos e máquinas de “caça-níqueis”. Por conta do confronto, cerca de 7.700 alunos de treze escolas tiveram suas atividades suspensas por alguns dias. Após a operação, 150 policiais permaneceram na comunidade.

2 Após a sua visita de Philip Alston, relator do Conselho de Direitos Humanos, foram realizadas outras operações nos mesmos moldes no primeiro semestre de 2008. Em janeiro, no bairro do Jacarezinho e no Morro da Mangueira. Em fevereiro, nas favelas da Coreia, Rebu e Vila Aliança. Em abril, na favela de Vila Cruzeiro, que faz parte do Complexo do Alemão.

3 ARAÚJO, Vera. Contra o terror do tráfico. O Globo, Rio, p.13, publicado em 22 nov. 2009.

Oito dias depois, foi a vez do Morro Santa Marta sofrer uma operação policial. Cerca de 130 homens, incluindo o Batalhão de Choque e Operações Especiais (BOPE) ocuparam diversos pontos da favela, à procura de armas, drogas e do chefe do tráfico local. Terminada a ação, as equipes policiais continuariam no local.

A ocupação policial das favelas foi, inicialmente, cercada de dúvidas, tendo em vista as experiências anteriores que mostravam no período inicial uma queda acentuada do índice de práticas criminosas no entorno da localidade, mas que, passado o período de maior confronto, quando as forças de segurança se retiravam, as facções armadas voltavam a exercer seu domínio bélico sobre a comunidade. Particularmente neste caso, as UPPs foram a síntese de um longo período de muita truculência direta por parte do Estado sobre a favela, a fim de preparar a chamada pacificação, que é lenta, mas teria de ser de longa duração.

O governo estadual tem apostado numa ocupação permanente, entendendo que a presença de uma polícia garantiria a retomada do controle territorial e do monopólio do uso da força pelo Estado. As ocupações são realizadas no seguinte padrão: 1) retomada do território: o Batalhão de Operações Especiais (Bope) ocupa e permanece na favela. É nesse momento em que geralmente ocorrem alguns confrontos armados, apreensão de armas e prisões de chefes locais; 2) estabilização do

ambiente e entrada da UPP para administrar a segurança; 3) ocupação definitiva: a polícia passa a fazer parte da comunidade; 4) pós-ocupação: aprofunda-se o vínculo com a comunidade e busca-se estabelecer relações institucionais, especialmente com a associação de moradores. Até junho de 2013, estavam instaladas 30 UPPs.

De um modo geral, tanto na realização das megaoperações, quanto nas ocupações permanentes, o propósito não está centrado na erradicação do tráfico de drogas, mesmo que os “narcotraficantes” sejam considerados os principais inimigos das forças de segurança pública, mas na consolidação de patamares aceitáveis de criminalidade em que o Estado não esteja alijado de exercer o controle territorial nas favelas e comunidades. Em entrevista à revista *Época*, Sérgio Cabral declarou que o objetivo das operações não é de acabar com o tráfico, “mas chegarmos a níveis civilizatórios de criminalidade”⁴. Na mesma linha, o secretário José Mariano Beltrame entende que o intento principal da política de segurança “não é acabar com o tráfico ou com a violência, mas acabar com a lógica da territorialidade imposta pelo fuzil”⁵.

O discurso da pacificação tem se centrado em torno de quatro objetivos:

1. Retomada do controle territorial por parte do Estado e normalização de uma rotina que não esteja sujeita a confrontos armados;

4 FERNANDES, Nelito. Entrevista Sérgio Cabral Filho: “Os bandidos já viram que não estamos de brincadeira”. Revista *Época* online, edição n. 477, 6 de julho de 2007. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/1,,EDG77973-5856,00.html>. Acesso em: 31 dez. 2009.

5 ALMEIDA, Rodrigo de. Até o final de 2010, Rio quer tirar do domínio do tráfico 1/3 dos moradores de favela. *iG* Rio, Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 2009. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/perspectivas2010/2009/12/21/ate+final+de+2010+rio+quer+tirar+do+dominio+do+tráfico+13+dos+morador+es+de+favela++9251297.html>. Acesso em: 31 dez. 2009.

2. Entrada de serviços públicos e estímulo ao investimento de empreendedores privados;
3. Reconhecimento da “cidadania” e direitos sociais, associado ao cumprimento de deveres;
4. Fomento de uma participação social baseada em vínculos comunitários.

A tentativa de se estabelecer correlações entre a ocupação policial e os “efeitos colaterais” nem sempre resulta em evidências tão claras. Indubitavelmente, aquela de maior apelo é a redução nos delitos considerados estratégicos pela Secretaria de Segurança Pública – homicídios, roubos de carro, roubos a pedestres e latrocínios. Foram publicadas inúmeras reportagens na imprensa que tem indicado queda nos índices de criminalidade. Conforme atestam os dados publicados pelo Instituto de Segurança Pública sob a chancela da Secretaria de Segurança Pública, os quatro crimes tiveram queda acentuada considerando o período do mandato do governo Sergio Cabral entre 2007 e 2012.

Sob o argumento de exercer o policiamento mais próximo da comunidade, as forças de segurança adquirem funções que ultrapassam seus limites como assegurador da lei, o que termina por gerar uma *policialização* do cotidiano, ainda que a polícia procure aparentar em certos momentos de que não seja um aparato que tem como uma de suas possíveis atribuições, a repressão. Na favela Tavares Bastos, sede do Bope, a

televisão por assinatura chega por conta da “benfeitoria” de um policial que intermediou o contato da comunidade com a empresa, além de ser dono da única farmácia do morro, que vende suas mercadorias sem nota fiscal⁶; no Batam (Realengo), única favela ocupada em que foi destituída uma milícia local, a associação de moradores é totalmente ocupada por policiais⁷; e a proibição / restrição do funk está estendida a todas as favelas não só por conta de uma equivocada criminalização indiscriminada dos bailes, mas a pretexto de que a polícia cumpre um papel educador de que os jovens tenham que apreciar outras culturas.

Essa policialização do cotidiano tem gerado uma situação de que os policiais, investidos em sua condição de autoridade do Estado, intervenham ou até mesmo sejam chamados para resolver os problemas cotidianos que fazem parte da vida de qualquer agrupamento de pessoas que convivem em sociedade, sobrepujando de sobremaneira o papel da instituição policial, de modo a funcionar como mediador para o acesso a outras instituições e serviços públicos, como se fosse uma central de reclamações e de ouvidoria. Na medida em que os espaços de organização dos próprios moradores se enfraquecem, seja pela cooptação dos seus dirigentes, seja pela dificuldade de coesão na comunidade, corre-se o risco de que o aparelho repressivo do Estado é que controle todo o exercício da vida política, o que compromete a participação autônoma e livre dos moradores na luta por demandas realmente significativas para suas vidas.

6 ROCHA, Carla. Na terra do ‘major-xerife’: na Tavares Bastos, a lei que vale é a do Bope. O Globo online, 14 ago. 2009.

7 VASCONCELLOS, Fabio. Polícia para mil e uma utilidades: no Batam, PMs cuidam até de poda de árvores. O Globo online, 14 ago. 2009.

Por conta dessa importância, a pesquisa de campo também buscou ouvir como as associações estão compreendendo o processo de *pacificação* nas favelas.

Apesar do esforço da imprensa em retratar o processo de *pacificação* como algo desprovido de grandes conflitos, estes têm ocorrido aos montes, contudo, apenas são evidenciados de maneira substancial quando tomam uma grande repercussão que incide de maneira a perturbar o convívio harmônico entre a presença ostensiva da polícia e os moradores. Desde o início da ocupação das favelas pelas forças armadas do Estado, ocorrem relatos de conflitos com os policiais. Invariavelmente, o discurso das autoridades se escora no fato de que supostamente os traficantes teriam incitado os moradores a provocarem as forças de segurança, de modo a gerar um conflito e desgaste junto à opinião pública, como no caso dos conflitos ocorridos em setembro de 2011 no Complexo do Alemão⁸.

O discurso da *pacificação* investe fortemente na imagem de um patamar civilizatório que permitiria que a favela levasse uma rotina semelhante à do “asfalto”, que, finalmente, as comunidades, livres da subjugação do poder de grupos criminosos armados, poderiam ser representadas como parte integrante da cidade, que estariam abertas a fomentar empreendimentos, tornarem-se pontos turísticos, explorar o potencial da própria comunidade, receber todos os serviços públicos e privados existentes.

É uma tentativa de reconfigurar a representação sobre a favela que Marcella Silva (2011, p.4) chamou de *performance*

estatal, “cuja eficácia simbólica depende de quão bem mobilizadas são as representações e crenças amplamente compartilhadas sobre a cidade e suas favelas”.

Ao mesmo tempo, também se empreende um empenho no sentido de reconfigurar a imagem da polícia, como um ente investido de autoridade severamente caso seja necessário, mas também se percebe a estratégia da polícia em se imiscuir na rotina dos moradores, o que levanta uma questão norteadora da tese, a de que a política de segurança pública, por meio das UPP’s, vem atuando no sentido de reconfigurar a imagem da polícia, no sentido de que ela não seja apresentada apenas como um aparelho repressivo que tem como função central assegurar a ordem social constituída pelo Estado, mas também em executar atividades comunitárias, numa tentativa de exercer um efeito educador sobre a população, tanto junto à parcela residente das favelas, em que o objetivo principal seria conquistar o consentimento de sua permanência, evidenciando os benefícios da ocupação policial, quanto àquela residente no “asfalto”, que teria amortecida a sua revolta com a “perda da liberdade” pela falta de atitude do poder público com as favelas.

O ESPORTE NOS DISCURSOS DA IMPRENSA

Conforme enunciado ao longo do artigo, existe uma associação entre a prática e a realização de eventos esportivos com a instituição das UPPs nas favelas cariocas, de modo a consolidar o projeto de segurança

8 COSTA, Ana Claudia, DAFLON, Rogério, RAMALHO, Sergio. Nova ofensiva no Alemão. O Globo, Rio, 8 set. 2011.

pública do Estado. É importante salientar que não se trata de uma via de mão única (o esporte como determinado pela política de segurança), mas, de outro olhar, as UPPs também são uma resposta que o Estado articulou para apresentar a múltiplos sujeitos, todos com interesses diferenciados. Aos moradores, procura-se obter adesão das classes populares a uma iniciativa que promete acabar com a iminência de conflitos armados e a impossibilidade de uma rotina de vida. Aos não-moradores de favela e pequenos comerciantes, uma satisfação a um público que se sentia atônito e amedrontado com receio de ter suas propriedades e bens ameaçados. Ao grande capital, a concretização dos investimentos sem maiores sobressaltos. E, para as associações esportivas, destacando-se a FIFA e o COI, o asseguramento das condições para realização dos megaeventos. Especificamente no que tange à realização dos Jogos Olímpicos, competição que será sediada exclusivamente na cidade – diferente da Copa do Mundo de futebol que estará espalhada por 12 sedes no país –, a preocupação com a segurança é ainda maior e, por isso mesmo, conforme destacou matéria da Folha de São Paulo ao ouvir o gerente de relações internacionais dos Jogos Olímpicos de 2016, as UPPs são enfatizadas como

[...] o principal ponto de mudança da segurança da cidade. [...] As UPPs promoveram a percepção da segurança [...] Agora, o Estado está entrando nas comunidades com escolas, hospitais. Não existe mais armas de alto poder de destruição nestas comunidades. As UPPs

são realmente um instrumento para os Jogos de 2016⁹

O primeiro aspecto discursivo da política de *pacificação* que pretendo ressaltar diz respeito ao que é colocado como pressuposto pela imprensa. Pressupostos “são as proposições que são tomadas pelo produtor do texto como já estabelecidas ou ‘dadas’” (FAIRCLOUGH, 2001, p.155). Ou seja, o pressuposto é algo que não está aberto ao debate, pois já foi devidamente dito. Os pressupostos se configuram como balizadores importantes para uma análise crítica, que tem o objetivo de balizar a posição social dos quais partem a fala dos sujeitos sociais.

O conjunto de reportagens tem mostrado que a visão que a grande imprensa constrói através de seus textos e dos interlocutores escolhidos para dar declarações, é de que a ocupação das favelas pelo aparelho repressivo do Estado seria o fator primordial para resolver os problemas da cidade, especialmente para garantir a paz aos moradores locais. A presença ostensiva da polícia é que asseguraria as condições para que os serviços públicos pudessem ser desenvolvidos sem distúrbios, os demais serviços públicos ou privados seriam oferecidos sem ameaças aos operários, atividades corriqueiras como televisão por assinatura, botijão de gás, mototáxi estariam livres da cobrança de “pedágio” para circularem na favela e o mais importante, não haveria mais tiroteios e conflitos armados entre bandidos e polícia ou entre facções criminosas rivais, o que não ameaçaria a rotina da comunidade

9 RANGEL, Sérgio. UPP é apresentada como trunfo para segurança da Rio-2016. **Folha online**, disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/esporte/1248735-upp-e-apresentada-como-trunfo-para-seguranca-da-rio-2016.shtml>, acesso em 25 jun. 2013.

e dos moradores do “asfalto”. É possível exemplificar esse recurso discursivo na declaração do comandante da UPP da Rocinha ao inaugurar um projeto social que tem a participação conjunta da UPP local e da Secretaria de Esporte e Lazer.

A paz possibilitou a chegada de serviços públicos e ações sociais. Desde o início, orientamos os nossos policiais a fazer o trabalho de polícia comunitária, por isso é importante a realização desses projetos em casas antes utilizadas como escondeijo de facções criminosas.¹⁰

Nesse sentido, pode-se afirmar que as iniciativas ligadas ao esporte e lazer são agregadas em número expressivo, de maneira a mostrar que, ao morador da favela, também seja assegurado o direito a essas práticas sociais (ainda que não se questione em quais condições estruturais os projetos se realizem).

Elas assumem um papel importante para conferir mais força ao discurso da garantia de paz para os moradores das favelas e para a população que lá não mora, mas que se “preocupa” com a situação local para que não tenha rescaldo na sua vida cotidiana. Em última instância, o que está em jogo é a obtenção da adesão ao projeto de segurança pública (e de cidade) organizado pela aliança capital-mídia-governo, que representam nada além do que o Estado burguês.

Uma das formas mais concretas utilizadas como estratégias de persuasão é a do “exemplo a ser seguido” durante a realização de eventos na comunidade.

Empreende-se um esforço para que as celebridades do esporte promovam seus eventos em favelas *pacificadas*. Além de garantir maior exposição na mídia, também se materializa num poderoso *marketing* social para a boa imagem dos atletas em questão – apenas para ficar em dois exemplos, vide a promoção do torneio de tênis *Rio Champions* e a do evento do *Ultimate Fighting Championship*. Ainda que se trate de eventos praticamente inacessíveis à maioria da população residente de favelas (a não ser por meio de ingressos promocionais), pretende-se promover uma razão cínica que, misturado a um sentimento de compaixão com os mais pobres, os acontecimentos desse tipo somados ao conjunto de iniciativas na comunidade, reforçaria a coesão social e formaria o cidadão ordeiro, aquele destinado a saber o seu papel na sociedade.

O *marketing* social é um recurso largamente utilizado nos empreendimentos que aliam figuras ilustres do esporte e o Estado. Conforme mostrado em reportagem, o treinador de vôlei, Bernardinho, já inaugurou duas escolinhas do esporte em favelas ocupadas pela polícia. Segundo o próprio, “o esporte (pode ser) uma chance de tirar os jovens do caminho do crime [...] e que é uma ferramenta para o desenvolvimento desses jovens. Um trabalho de autoestima e disciplina [...] vão surgir valores pelo esporte”¹¹.

Os projetos sociais que, pululam em abundância nas favelas cariocas, são erigidos como uma estratégia gerida pelo governo em levar a esses moradores as

10 s/a. UPP cria novos centros de esporte e cultura na Rocinha. **JB online**. Disponível em <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2012/11/12/upp-cria-novos-centros-de-esporte-e-cultura-na-rocinha/>, acesso em 23 jun. 2013.

11 VERÍSSIMO, Pedro. Bernardinho inaugura escolinha de vôlei no Complexo do Alemão. Disponível em <http://globoesporte.globo.com/volei/noticia/2011/09/bernardinho-inaugura-escolinha-de-volei-no-complexo-do-alemao.html>, acesso em 23 jun. 2013.

práticas corporais que estariam restritas somente ao público pagante de academias e clubes. Segundo analisa Vilaça (2009, p.17), os projetos sociais de esporte se constituem em uma “nova técnica da economia política, uma nova modalidade biopolítica de governos dos homens, uma eficiente tecnologia social de pacificação”. Nesse sentido, a conduta dos sujeitos é que seria o alvo a ser atingido, ao controlar os comportamentos e delimitar as regras e normas as quais eles deverão seguir. Portanto, trata-se de uma interferência direta na subjetividade desses sujeitos, induzindo-os a agir da “maneira correta”. Assim, as práticas pedagógico-desportivas, conforme ressaltou o próprio Bernardinho, ainda que, por outro prisma, uma técnica disciplinar que difunde valores ético-políticos e padrões comportamentais para a convivência social.

Outro aspecto é que as reportagens se empenham em ressaltar que, ao seguir um exemplo de superação, mesmo em meio a tantas dificuldades que são postas, a pessoa pode se sair bem-sucedida e ser uma referência local. Foi possível perceber isso no projeto de realizar uma série de eventos de lutas de MMA nas favelas ocupadas pelas UPPs. Segundo o ex-lutador e organizador do maior evento de MMA no Brasil, Wallid Ismail¹²:

O Beltrame pediu que se invista mais nos lugares ocupados pelas UPPs. Então pensamos que seria uma boa fazer eventos gratuitos por lá. A ideia não é apenas a de levar entretenimento para essas comunidades. Queremos fazer do esportista um ídolo local. Com a saída

dos traficantes, queremos que a garotada se espelhe nos atletas.

Reportagem com caráter semelhante é a que mostra uma senhora, moradora do Complexo do Alemão, que sofre de uma série de transtornos físicos provocados por reumatismo e dores por todo o corpo e que, descobriu na caminhada, um recurso para aliviar suas dificuldades. O subtítulo é exemplar, ao enunciar que “Dona de uma vida sofrida, Maria Barreto fará de muletas os 5 km do Desafio da Paz”¹³.

Além das declarações de múltiplos sujeitos que buscam referendar positivamente o projeto de segurança das UPPs, evidenciou-se uma série de expressões linguísticas utilizadas como ferramentas discursivas que criam um campo semântico para intensificar o discurso que se quer proferir. Essas expressões funcionam como palavras-chave e estão constantemente presentes, ora no corpo da matéria, ora nas falas dos entrevistados. Tendo em vista que o jornalista tem o controle interacional com o entrevistado ou cabe-lhe escrever uma matéria de acordo com a linha editorial do veículo de comunicação, pode-se inferir que esses marcadores/expressões não surgem como palavras escolhidas ao acaso, mas por conta de um direcionamento político.

Dentre os marcadores mais comuns, o vocábulo *paz* se sobressai em meio à profusão de intenções ideológicas de apoiar o projeto de segurança do estado. A mesma reportagem da senhora moradora do Complexo do Alemão, ao apresentá-la

12 NOBLAT, Guga. Exclusivo: MMA nos morros ocupados pelas UPPs. Disponível em <http://oglobo.globo.com/blogs/mma/posts/2011/06/21/exclusivo-mma-nos-morros-ocupados-pelas-upps-387733.asp>, acesso em 23 jun. 2013.

13 COSTA, Victor. Do interior do Ceará ao Complexo do Alemão. O Globo, Esportes, p. 4, 24 maio 2013.

como protagonista da matéria enuncia que “Há 23 anos morando no Complexo do Alemão, a cearense Maria Barreto, de 63 anos, encontrou lá a **paz** que precisava para criar suas três filhas...”.

Esse tipo de marcador reforça o projeto de segurança implementado pelo Estado, ao criar uma aura de tranquilidade para que os serviços públicos e privados possam ser realizados nas favelas *pacificadas*. A paz vigiada pela ocupação da polícia proporcionaria que a favela seja incluída como local de referência e eventos e empreendimentos de toda ordem, incluindo os esportivos, que passam a ser visto com bons olhos porque seria um evento num local “diferente”, outrora “proibido”, o que de reforçaria uma imagem positiva de uma cidade mais integrada entre favela e “asfalto”. A realização da corrida *Rio Up Run*, em que os corredores subiram os degraus do Morro Chapéu Mangueira e desceram pelo Morro da Babilônia foi amplamente divulgada como um sinal dos “novos tempos de paz”. Ao entrevistar um corredor inscrito, este se disse “interessado em conhecer de perto uma realidade diferente da sua”¹⁴.

Se os discursos são produtos de relações sociais em seu intento de se afirmarem como verdades, os termos e expressões procuram transmitir a intenção do grupo / autor ao qual se origina. Forma-se um arcabouço, ou ainda, um léxico distintivo para representar os interlocutores – aquilo que é o “correto” - e o assunto que se fala. Quando o assunto é favela, historicamente as reportagens tenderam a associá-la a vocábulos como “violência”, “desordem”,

“sujeira”, “atraso”, “necessidade”, “carência”. O principal inimigo é o “traficante de drogas”, o responsável por comandar o “caos e o terror”, sitiando os moradores de bem e gerando um Estado “paralelo” à sociedade (mas qual sociedade?). A esse recurso linguístico, Fairclough (2005, p. 8) denomina como “overlexicalization”, ou em tradução literal, uma sobrelexicalização/superlexicalização, utilizado como uma profusão de sinônimos para designar algo, o que acaba por tornar difuso o seu significado/sentido, pois são realizadas narrativas exageradas, enfatizando certos aspectos em demasia, a fim de tornar mais evidente o sentido que se quer atribuir a ela.

A sobrelexicalização que ficou mais evidenciada pela imprensa foi a utilização de metáforas de conflitos que remetiam à época em que havia incursões armadas em abundância, o que frequentemente resultava em confrontos letais entre a polícia e o tráfico de drogas. Em duas reportagens tal recurso discursivo foi utilizado. Na realização da prova de corrida de rua “Vidigal de Braços Abertos”, o texto diz que, o vendedor de cachorro-quente que é morador da comunidade e está inscrito na prova, “verá os corredores do asfalto **invadindo** a sua comunidade”¹⁵.

Já a reportagem sobre o incremento dos esportes de natureza nas favelas ocupadas pela polícia, ressaltava que o acesso facilitado a esses morros estaria abrindo novas possibilidades para o incremento da prática na cidade. Ao apresentar um praticante, foi escrito que “(ele) pode ser considerado atualmente o **novo dono** do

14 PALMEIRA, Isabela. Corrida morro acima. O Globo, Esportes, p.6, 21 out. 2011.

15 COSTA, Victor. Do asfalto para o morro. O Globo, Esporte, p. 5, 24 ago. 2012.

Morro dos Cabritos”¹⁶. Ambas as reportagens optaram em empregar vocábulos que estão associados ao domínio territorial dos grupos criminosos armados para enfatizar que o resultado da intervenção policial seria responsável em possibilitar que as favelas também seja o lugar em que acolha eventos esportivos, negócios de turismo, enfim, que esteja integrada ao ciclo de reprodução do capital, conforme a própria cidade está sendo inserida.

Por fim, quero destacar algo que mencionei na seção anterior, a tentativa de reconfiguração da imagem da polícia em não ser vista como a instituição do Estado que era responsável por assassinar moradores da favela. Existe um esforço considerável de conseguir persuadir o conjunto da população de que a polícia *pacificadora* que ocupa os morros do Rio é outra polícia, como se fosse descolada da própria instituição militar e do Estado. A polícia *pacificadora* seria aquela que não só respeita os valores da democracia e dos direitos humanos, como assume uma postura pública de abertura ao diálogo e que pretende se imiscuir com a comunidade, em ser reconhecido como parte integrada à própria comunidade.

Os exemplos poderiam ser citados com fartura, tendo em vista que a própria polícia admite que o fomento de projetos sociais de esporte, cultura e lazer é uma das estratégias que a instituição encontrou para suprir o vácuo histórico de oportunidades que estavam escassas nos tempos de conflitos armados travados contra a própria

polícia. Na reportagem sobre policiais que integram a UPP Santa Marta e, nas horas vagas, são árbitros de futebol de torneios realizados na comunidade e idealizadores de um curso de capacitação para a função aos moradores, é bem evidente o empenho estratégico de obter adesão ao projeto de segurança do Estado que promoveria não apenas a manutenção da ordem pública, mas asseguraria a liberdade das pessoas. Segundo o comandante da UPP local, “Para a gente, é um privilégio poder garantir a liberdade das pessoas de poder praticar um esporte, ter um lazer, poder ir ao trabalho, à escola. Preservar vidas”¹⁷. Portanto, somente conjugando coerção e consenso (dialética examinada por Gramsci, 2000) seria possível consolidar a *pacificação*, no sentido de consolidar a ordem social.

CONCLUSÃO

Segundo o conjunto de reportagens, o discurso da garantia da paz e da tranquilidade aos moradores das favelas ocupadas se torna o ponto nodal para que o Estado demonstre o seu caráter de classe na política de segurança pública: que esse conjunto de iniciativas se revela fulcral para as pretensões de favorecer o capital nos investimentos que estão em curso na cidade e, para isso, é necessário criar “cinturões” e “barreiras” de segurança, de modo que as tensões sociais sejam aplacadas numa combinação híbrida do uso ostensivo do aparelho repressivo, em que ao mesmo

16 BRISOLLA, Fabio. Pontos de equilíbrio. O Globo, Revista O Globo, p. 24-9, 25 dez. 2011.

17 s/a. Além da UPP, policiais são árbitros de futebol e ensinam em comunidade. Globoesporte.com, disponível em <http://globoesporte.globo.com/futebol/noticia/2012/07/alem-da-upp-policiais-sao-arbitros-de-futebol-e-ensinam-em-comunidade.html>, acesso em 25 jun. 2013.

tempo em que se investe em alta tecnologia bélica e prontidão para agir com rigor em “casos extremos” de perturbação da ordem pública, também se prepara a formação de uma polícia supostamente formada em preceitos como direitos humanos e democracia para conviver numa comunidade, a fim de ganhar sua confiança e obter adesão daqueles que são vigiados permanentemente.

Nesse sentido, o esporte ganha corpo como um elemento que agrega valor ao projeto estratégico do Estado, no sentido que ajuda a consolidar as bases estruturais da ocupação permanente da polícia. E o modo como a imprensa privada retrata os discursos, escolhe determinados interlocutores e se propõe a cobrir e enfatizar tais eventos e acontecimentos das favelas ocupadas, referenda que esse projeto de Estado nada tem de neutro, mas que vem ocorrendo em meio a um deslocamento geográfico do capital para os países *emergentes*, especificamente nesse texto, o Brasil que, por ainda não terem bases democráticas muito consolidadas, possuir força de trabalho mais barata do que os países centrais do capitalismo e não ter sido afetado de maneira mais acentuada pela crise do capital iniciada na década de 2000, tem se constituído em um dos destinos preferenciais de aporte de grandes investimentos de toda ordem, incluindo, nesse caso, os megaeventos esportivos.

Diante de abissais desigualdades postas no país e na própria cidade do Rio de Janeiro, foi necessário um projeto de segurança que abarcasse o principal foco das tensões sociais ocorridas nos últimos 30 anos, as favelas. E, decididamente, com o apoio da imprensa, associada intimamente ao grande capital, a estratégia de manutenção de níveis aceitáveis de governabilidade tem

se revelado bem-sucedida até o momento. A expectativa amplamente disseminada entre a própria população é que isso perdure até as Olimpíadas. Depois...

REFERÊNCIAS

- ALSTON, Philip. **Missão ao Brasil**. Conselho de Direitos Humanos / ONU. 2008.
- BARRETO, Raquel Goulart. Análise crítica do discurso (ACD): realismo crítico, performatividade e ideologia. BARRETO, Raquel Goulart (org.). Discursos, tecnologias, educação. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.
- FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Brasília: Ed. UnB, 2001.
- _____. The dialectics of discourse. In: *Textus*. Vol. XIV, n. 2, p. 231-242, 2001. Disponível em: <<http://www.ling.lancs.ac.uk/staff/norman/2001a.doc>>. Acesso em 25 jun. 2013.
- _____. Blair's contribution to elaborating a new 'doctrine of international community'. In: **Language and Politics**, vol. 4, n. 1, p. 41-63, 2005. Disponível em: <<http://www.ling.lancs.ac.uk/staff/norman/blair.doc>>. Acesso em 25 jun. 2013.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- _____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- RODRÍGUEZ, Ricardo. Da guerra à pacificação: o itinerário das cidades colombianas. Disponível em <http://www.ecsbddefesa.com.br/defesa/fts/EC.pdf>, acesso em 25 jun. 2013.

SILVA, Marcella C. A. Segurança e território: sobre a construção social de favelas seguras no Rio de Janeiro. In: Congresso Internacional da ALAS, 28, 2011, Recife. **Anais...**, Recife, 2011.

VILAÇA, Murilo. **Vida e violência em jogo:** o esporte como prática pedagógica e exercício biopolítico. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SPORT IN SLUMS OCCUPIED BY POLICE AND PRODUCTION DISCURSIVE PRESS

ABSTRACT

The city of Rio de Janeiro has received great investments of capital and is on the verge of hosting one of the greatest sport megaevents. In order to ensure the social tensions will be kept balanced, the Pacifying Police Units (Unidades de Polícia Pacificadoras - UPP) have been occupying some Rio de Janeiro slums for 5 years. The media has been supporting that initiative and has stressed the importance of sports for consolidation of the public safety project. This article aims to understand the speech of the media by using Antonio Gramsci and the Critical Discourse Analysis as reference.

Keywords: Rio de Janeiro; Public Safety; Media; Sport.

Recebido em: maio/2013
Aprovado em: junho/2013